



ADB

ASSOCIAÇÃO E SINDICATO
DOS DIPLOMATAS BRASILEIROS



ANOS PELA DIPLOMACIA

AGENDA INSTITUCIONAL DA ADB SINDICAL

**Diretrizes para a
valorização da carreira
diplomática e o
fortalecimento do Serviço
Exterior Brasileiro**

// DIRETORIA DA ADB SINDICAL

PRESIDENTE

Gustavo Buttes

VICE-PRESIDENTE

Raul Torres Branco

DIRETORA ADMINISTRATIVA

Barbara Tavora Janchill

DIRETORA DE ESTUDOS E PESQUISA

Irene Vida Gala

DIRETOR JURÍDICO

Rafael Prince

DIRETOR PARLAMENTAR

João Paulo Marão

DIRETOR FINANCEIRO

João André

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

Clarissa Forecchi

DIRETORES DE EVENTOS

Gisela Padovan

Paulo Antonio Viana Junior

CONSELHO FISCAL

Carlos Alfredo Lazary Teixeira

Marcelo Santa Cruz de Freitas Ferraz

Rafael de Medeiros Lula da Mata

Suplentes: Bruno Rolim e Rafael Gurgel Leite



// SUMÁRIO

// Apresentação	4
-----------------	---

// A carreira diplomática em síntese	5
--------------------------------------	---

// A Agenda da ADB Sindical	5
-----------------------------	---

// EIXO 1

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO SEB	6
---	----------

TEMA: Reforma, modernização e fortalecimento institucional do SEB	6
---	---

TEMA: Valorização e desenvolvimento da carreira diplomática	7
---	---

TEMA: Condições adequadas para o exercício da atividade diplomática	8
---	---

TEMA: Melhoria das condições orçamentárias e operacionais do Itamaraty	9
--	---

TEMA: Ações afirmativas e igualdade de oportunidades	10
--	----

TEMA: Família, proteção social e permanência no exterior	11
--	----

// EIXO 2

DEFESA DAS ESPECIFICIDADES DO SEB NO LEGISLATIVO I AGENDA LEGISLATIVA	13
--	-----------

FORTALECIMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR BRASILEIRO	18
---	----



// APRESENTAÇÃO

A carreira de diplomata desempenha função essencial para o Estado, seja na representação diplomática do País, na promoção dos interesses brasileiros, na negociação internacional ou na assistência aos cidadãos brasileiros no exterior.

Por isso, as condições oferecidas aos diplomatas para o exercício das suas funções, tanto para aqueles que estão no Brasil quanto para os que estão no exterior, têm impacto direto sobre a capacidade de atuação internacional do Estado brasileiro. Valorizar os profissionais que integram o SEB, portanto, não constitui apenas uma pauta corporativa, mas deve ser compreendida como um instrumento de política de Estado.

A valorização da carreira diplomática deve estar associada à modernização das estruturas de gestão, à melhoria das condições de trabalho, à adequada alocação de recursos, à segurança dos servidores e de suas famílias e à criação de condições para que o Estado disponha de profissionais qualificados, motivados e preparados para atuar em um cenário internacional cada vez mais complexo.

É a partir dessa perspectiva que a Associação e Sindicato dos Diplomatas Brasileiros (ADB Sindical) apresenta sua Agenda Institucional, reunindo propostas destinadas a valorizar a carreira diplomática, fortalecer o Serviço Exterior Brasileiro e assegurar condições adequadas para o exercício da representação do Estado brasileiro no exterior.

A ADB Sindical representa as diplomatas e os diplomatas brasileiros, na ativa e na aposentadoria. As propostas aqui reunidas alcançam o conjunto de suas servidoras e de seus servidores.



// A CARREIRA DIPLOMÁTICA EM SÍNTESE

- Cerca de 1.545 diplomatas em atividade, para mais de 220 embaixadas, consulados e missões no exterior.
- Ingresso exclusivamente por concurso público, um dos mais concorridos do País, seguido de formação no Instituto Rio Branco.
- Seis classes, de Terceiro-Secretário a Ministro de Primeira Classe (Embaixador). Hoje, a promoção depende da existência de vaga na classe seguinte, em número fixado em lei.
- Rodízio obrigatório entre Brasília e o exterior ao longo de toda a carreira, com mudanças periódicas de país que alcançam toda a família.
- Postos classificados em grupos de A a D, conforme as condições de vida e de trabalho. O Grupo D reúne as localidades mais difíceis, entre elas zonas de conflito e de infraestrutura precária.

// A AGENDA DA ADB SINDICAL

Uma carreira de Estado precisa contar com:

- estrutura profissional adequada;
- remuneração compatível com suas responsabilidades;
- perspectivas de desenvolvimento funcional;
- condições adequadas de trabalho;
- segurança para servidores e familiares;
- capacidade orçamentária e operacional;
- mecanismos de diversidade e igualdade de oportunidades;
- proteção social compatível com as peculiaridades da carreira;
- regras claras e modernas para o exercício da função no exterior.

A ADB Sindical apresenta uma agenda organizada em três grandes compromissos, partindo de uma premissa central que é a valorização dos quadros diplomáticos como instrumento de fortalecimento da política externa brasileira.

// VALORIZAR



Carreiras, remuneração, desenvolvimento profissional e igualdade de oportunidades.

// PROTEGER



Condições de trabalho, segurança, famílias e servidores em localidades de maior risco.

// FORTALECER



Estrutura institucional, orçamento, profissionalização e capacidade operacional do Serviço Exterior Brasileiro.

// EIXO 1

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO SEB

TEMA: Reforma, modernização e fortalecimento institucional do SEB

A estrutura atual das carreiras, marcada por lógica piramidal e quantitativos rígidos, produz gargalos de desenvolvimento funcional e reduz a previsibilidade das trajetórias profissionais.

A combinação entre quantitativos rígidos, promoção por escolha e critérios com baixa objetividade e previsibilidade dificulta a construção de uma política moderna de gestão de pessoas baseada em competências, desempenho e desenvolvimento profissional.

A legislação que disciplina o Serviço Exterior Brasileiro precisa acompanhar as transformações da atividade diplomática, da gestão pública e das necessidades do Estado brasileiro.

Propostas da ADB

- Atualizar a Lei do Serviço Exterior Brasileiro - Adequar o marco legal às atuais características da atividade diplomática.
- Modernizar as carreiras do SEB - Revisar estruturas, eliminar quantitativos fixos e aprimorar mecanismos de promoção e progressão.
- Aperfeiçoar os mecanismos de desenvolvimento profissional - Ampliar objetividade, transparência e previsibilidade.
- Adotar uma gestão orientada por competências - Valorizar experiência, qualificação e desempenho.
- Recompôr o quadro de pessoal - Realizar concursos regulares, com número de vagas compatível com a dimensão da rede de postos.
- Fortalecer a negociação permanente - Manter calendário regular da Mesa Setorial de Negociação Permanente do MRE e assegurar o cumprimento dos acordos firmados.

TEMA: Valorização e desenvolvimento da carreira diplomática

A carreira da diplomacia acumulou defasagens remuneratórias ao longo da última década em relação a outras carreiras de Estado. No exterior, a remuneração também enfrenta perda de poder de compra diante da inflação, da variação cambial e do custo de vida. Somam-se a isso atrasos recorrentes no pagamento da ajuda de custo de mudança e das diárias, que a lei manda pagar antecipadamente, e no reembolso das despesas de moradia. Na prática, diplomatas passam a financiar com recursos próprios despesas que decorrem de decisões da Administração.

A atividade diplomática envolve mobilidade internacional, mudanças sucessivas de país, representação oficial, despesas de instalação e diferentes condições econômicas e sociais.

A remuneração deve refletir a responsabilidade, a complexidade e o caráter estratégico da atividade diplomática. A legislação deve reconhecer essas especificidades e assegurar que despesas decorrentes do exercício da função não sejam transferidas ao servidor.

Propostas da ADB

- Política permanente de valorização da carreira diplomática, com equiparação dos níveis salariais e das aposentadorias aos de outras carreiras de Estado de responsabilidade e formação equivalentes.
- Recomposição das perdas remuneratórias acumuladas.
- Mecanismos adequados de atualização da remuneração no exterior.
- Consideração de inflação, câmbio e custo de vida na definição da retribuição no exterior.
- Pagamento tempestivo e integral das indenizações (ajuda de custo, diárias e moradia no exterior), sem transferência às servidoras e aos servidores do ônus de contingenciamentos orçamentários.
- Preservação do tratamento tributário dos rendimentos recebidos em serviço no exterior, também para fins da tributação mínima do imposto de renda.

TEMA: Condições adequadas para o exercício da atividade diplomática

A presença brasileira no exterior ocorre em realidades extremamente distintas. Há postos submetidos a conflitos, instabilidade política, infraestrutura precária, dificuldades de acesso a serviços essenciais e riscos elevados para servidores e suas famílias.

Não é razoável que servidores responsáveis pela representação do Estado brasileiro em ambientes de elevada vulnerabilidade estejam submetidos às mesmas condições de apoio aplicáveis às demais localidades que não possuem riscos elevados.

A presença internacional do Brasil precisa ser acompanhada de capacidade operacional compatível com as responsabilidades atribuídas ao Estado.

As condições de trabalho exigem atenção também no Brasil. Na organização de grandes eventos internacionais sediados pelo País, como o G20, a cúpula do BRICS e a COP30, diplomatas cumpriram jornadas de 14 a 16 horas diárias, sem folga nem possibilidade efetiva de compensação, por falta de um banco de horas como o adotado nos



demais ministérios. A imprevisibilidade das remoções (as transferências entre Brasília e os postos no exterior), por sua vez, dificulta às famílias o planejamento de mudança, moradia e escola.

Propostas da ADB

- Fortalecer as condições de segurança dos postos do Grupo D.
- Criar protocolos de proteção e emergência adequados aos diferentes níveis de risco, com regime próprio para postos em situação de guerra, conflito ou calamidade.
- Ampliar assistência médica e suporte psicológico aos servidores e familiares, com evacuação médica e repatriação asseguradas.
- Instituir banco de horas e regras de plantão, com compensação das horas trabalhadas em grandes eventos e em plantões consulares.
- Proibir expressamente em lei o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação, com proteção a quem denuncia.

TEMA: Melhoria das condições orçamentárias e operacionais do Itamaraty

A capacidade de atuação internacional do Brasil depende da existência de recursos compatíveis com a dimensão de sua rede diplomática e com suas crescentes responsabilidades.

A restrição orçamentária do Ministério das Relações Exteriores (MRE) possui impacto direto sobre a capacidade de representação do Estado.

A diplomacia exige presença. A redução da capacidade operacional pode comprometer desde a atuação em diferentes áreas e níveis até a assistência consular aos cidadãos brasileiros no exterior.

Propostas da ADB

- Previsibilidade e adequação orçamentária do MRE, com:
- recomposição da capacidade operacional;
- compatibilização entre expansão das responsabilidades internacionais e disponibilidade orçamentária.

- modernização da infraestrutura dos postos e do Ministério das Relações Exteriores;
- investimentos em tecnologia;
- recursos adequados para atividades consulares;
- consideração, na lei orçamentária anual, da especificidade cambial das despesas do MRE;
- garantia de recursos para o pagamento tempestivo de remoções, moradia e diárias;
- fortalecimento da rede diplomática.

TEMA: Ações afirmativas e igualdade de oportunidades

O MRE dispõe, desde 2024, de Plano de Ações Afirmativas voltado à promoção da diversidade e da igualdade de oportunidades.

O avanço da diversidade no ingresso e na composição dos quadros, contudo, precisa ser acompanhado pela ampliação da presença de diferentes perfis também nas posições de liderança.

A diversidade institucional deve alcançar toda a trajetória profissional. A existência de políticas de acesso é importante, mas insuficiente quando não acompanhada por condições efetivas de desenvolvimento, progressão e ocupação de posições de liderança.

Propostas da ADB

- Fortalecer as políticas de ações afirmativas e igualdade de oportunidades no SEB, abrangendo:
 - ingresso;
 - desenvolvimento profissional;
 - progressão;
 - capacitação;
 - ocupação de funções de chefia;
 - monitoramento de resultados;
 - ações afirmativas com efeito real nas promoções;
 - metas mensuráveis e prazos de cumprimento;
 - identificação e enfrentamento de barreiras institucionais.



TEMA: Família, proteção social e permanência no exterior

// EDUCAÇÃO DOS DEPENDENTES

A carreira diplomática envolve períodos prolongados no exterior e sucessivas mudanças de país. Essa dinâmica pode provocar interrupções na trajetória educacional dos dependentes, especialmente em localidades com diferenças linguísticas, curriculares e de infraestrutura educacional.

O custo da mobilidade internacional, quando diretamente decorrente da prestação do serviço público, não deve ser integralmente transferido às famílias.

A inexistência de mecanismos adequados de apoio educacional pode produzir um custo indireto significativo para a permanência dos profissionais no exterior. Serviços exteriores de outros países, como os dos Estados Unidos e do Reino Unido, custeiam a educação dos filhos de quem é enviado ao exterior. O Brasil não dispõe de mecanismo equivalente.

Propostas da ADB

- Criar mecanismos de apoio à educação dos dependentes dos servidores do SEB no exterior, considerando:
- diferenças curriculares;
- custos locais;
- disponibilidade de instituições de ensino;
- necessidades linguísticas;
- localidades de difícil acesso;
- apoio à pré-escola e à reintegração escolar no retorno ao Brasil;
- continuidade da trajetória educacional.

// SAÚDE SUPLEMENTAR

A assistência à saúde de quem serve no exterior é prestada por seguro internacional contratado pelo MRE, no âmbito do Programa Complementar de Assistência Médica do Serviço Exterior (PCAMSE, Decreto nº 99.525/1990), que alcança servidoras e servidores ativos e aposentados, dependentes e pensionistas. O programa existe apenas

por decreto, sem cobertura mínima garantida em lei. Os parâmetros da contratação conduzida em 2026 preveem redução de coberturas e aumento de custos para os beneficiários [atualizar conforme o resultado da contratação].

Propostas da ADB

- Assegurar em lei a assistência à saúde do Serviço Exterior, com:
- cobertura mínima definida, incluídas urgência e emergência, saúde mental, evacuação médica e repatriação;
- vedação à redução do padrão assistencial sem programa equivalente ou superior;
- participação das entidades representativas nas decisões sobre a contratação do seguro;
- seguro de vida e de acidentes para servidoras, servidores e dependentes.

// CÔNJUGES E COMPANHEIROS

As mudanças periódicas de país interrompem a vida profissional de cônjuges e companheiros. Quando são também servidores públicos, de qualquer esfera, as regras de licença e de exercício provisório variam e nem sempre permitem acompanhar a família sem abrir mão da carreira.

Propostas da ADB

- Compatibilizar a carreira diplomática com a vida profissional de cônjuges e companheiros, com:
- previsão em lei do exercício provisório, no exterior, de cônjuge ou companheiro que seja servidor público de qualquer Poder ou ente federativo;
- extensão das licenças de acompanhamento às uniões estáveis;
- articulação com Estados, municípios e o Distrito Federal para ampliar as possibilidades de licença e de teletrabalho.



// EIXO 2

DEFESA DAS ESPECIFICIDADES DO SEB NO LEGISLATIVO I AGENDA LEGISLATIVA

O Poder Legislativo discute propostas que podem alterar as regras aplicáveis à remuneração, às indenizações, à modernização administrativa e à ocupação de chefias de missões diplomáticas.

Embora tenham alcance geral, essas propostas podem produzir efeitos específicos sobre o Serviço Exterior Brasileiro.

A ADB Sindical conta, nesse diálogo, com a Frente Parlamentar Mista do Serviço Exterior Brasileiro, lançada em 19 de março de 2026 com o apoio de mais de 200 parlamentares, e espera vê-la reconstituída na legislatura que se inicia em 2027.

// IMPACTOS

Regras gerais que não considerem as peculiaridades do serviço exterior podem:

- confundir indenização com remuneração;
- transferir ao servidor despesas decorrentes do exercício funcional;
- afetar mecanismos legítimos de compensação;
- fragilizar a profissionalização da representação externa.

A ADB propõe que a legislação:

- Preserve a natureza das verbas efetivamente indenizatórias.
- Reconheça as despesas decorrentes da lotação e movimentação no exterior.
- Preserve compensações relacionadas a substituições funcionais efetivas.
- Considere as especificidades do SEB em reformas administrativas.
- Preserve a profissionalização da representação diplomática.

// PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS ACOMPANHADAS PRIORITARIAMENTE PELA ADB

- Teto remuneratório, indenizações e especificidades do serviço exterior
- PL 4077/2024 - Teto remuneratório e verbas indenizatórias
- PL 2500/2021 - Teto remuneratório para servidores em exercício no exterior
- PL 387/2026 - Regulamentação do teto e vedação aos supersalários
- PEC 30/2025 - PEC “Anti-privilégios”
- PL 2721/2021 - Parcelas não sujeitas ao teto remuneratório
- PL 5473/2025 - Tributação dos rendimentos recebidos em serviço no exterior

As propostas legislativas buscam fortalecer a aplicação do teto constitucional, ampliar a transparência e limitar pagamentos considerados incompatíveis com os princípios de controle remuneratório no serviço público.

A ADB reconhece a legitimidade do aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência, controle e aplicação do teto constitucional. Entretanto, é fundamental distinguir remuneração de indenização. O exercício da diplomacia no exterior envolve despesas e condições que não existem no exercício ordinário da maioria das carreiras públicas (movimentação internacional; instalação e transferência; representação oficial; deslocamentos; despesas decorrentes da lotação no exterior; diferenças de custo de vida; condições especiais das localidades; e substituições funcionais efetivas).

Uma verba destinada a recompor despesa decorrente do exercício da função não deve ser tratada automaticamente como vantagem remuneratória.

A legislação deve preservar expressamente a natureza das verbas destinadas a indenizar despesas efetivamente decorrentes do serviço, assegurando que mecanismos de combate aos supersalários não transfiram ao servidor custos que decorrem da própria prestação do serviço público.



// **IMPORTAÇÃO DE VEÍCULOS POR SERVIDORES QUE RETORNAM DO EXTERIOR - PL 1409/2025**

A ADB é favorável ao aprimoramento das regras aplicáveis aos servidores públicos que retornam ao Brasil após períodos de serviço no exterior, especialmente quando a legislação reconhecer as peculiaridades da mobilidade internacional inerente ao Serviço Exterior Brasileiro.

A medida deve assegurar tratamento compatível com a natureza da movimentação funcional e evitar que custos extraordinários associados ao retorno sejam integralmente transferidos ao servidor.

// **CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE SERVIDORES APOSENTADOS - PEC 555/2006 E PEC 6/2024**

A ADB apoia o aperfeiçoamento do regime previdenciário dos servidores públicos e a extinção gradual da contribuição previdenciária incidente sobre proventos de aposentadoria e pensões, por considerar que a medida contribui para: a valorização dos servidores que dedicaram sua vida ao Estado; a segurança jurídica; a previsibilidade previdenciária; e o reconhecimento da trajetória funcional.

// **REFORMA ADMINISTRATIVA - PEC 32/2020 E PEC 38/2025**

A modernização da Administração Pública é necessária, mas reformas gerais não podem ignorar as características da carreira diplomática.

O Serviço Exterior Brasileiro possui peculiaridades decorrentes da representação internacional do Estado, da mobilidade permanente, da atuação no exterior e da necessidade de continuidade institucional da política externa.

Propostas da ADB

Eventual reforma administrativa deve preservar as carreiras de Estado; reconhecer as especificidades do SEB; evitar precarização das relações funcionais; preservar garantias necessárias à independência funcional; e assegurar tratamento legislativo adequado às carreiras com características especiais.

// CHEFIAS DE MISSÃO DIPLOMÁTICA E PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO EXTERIOR - PEC 34/2021

Permitir que parlamentar investido no cargo de chefe de missão diplomática permanente mantenha seu mandato amplia a participação de agentes políticos na ocupação de chefias diplomáticas e pode produzir impactos sobre a profissionalização, a hierarquia e a continuidade institucional do Serviço Exterior Brasileiro.

A questão não deve ser tratada apenas sob a ótica corporativa, mas como tema relacionado à capacidade do Estado de formular e executar uma política externa profissional e de longo prazo.

Propostas da ADB

A ADB é contra a proposta e defende que eventual alteração constitucional seja acompanhada de salvaguardas institucionais que preservem a profissionalização da representação externa, assegurando: valorização da carreira diplomática; critérios de competência e experiência; prevalência do interesse nacional; profissionalização da representação externa; e proteção contra a instrumentalização político-partidária da política externa.

// NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO SERVIÇO PÚBLICO - PL 1893/2026

O projeto, de iniciativa do Poder Executivo, regulamenta a negociação das relações de trabalho no setor público e a representação sindical, em linha com a Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho.

A ADB defende que o texto assegure a efetividade dos acordos firmados nas mesas de negociação e a proteção da atuação das entidades representativas.



// **AGENDA DE COMPROMISSOS PARA O FORTALECIMENTO DO SEB**

A ADB propõe:

- Reformar e atualizar a legislação do Serviço Exterior Brasileiro.
- Reestruturar as carreiras do SEB e superar gargalos de progressão, com o fim do quantitativo de vagas por classes para diplomatas.
- Aprimorar os mecanismos de promoção, com critérios objetivos e transparentes.
- Recompôr a remuneração e fortalecer a valorização da carreira diplomática.
- Instituir política permanente de atualização da remuneração no exterior.
- Fortalecer a segurança e as condições de trabalho nos postos no exterior.
- Ampliar o apoio à educação dos dependentes no exterior.
- Consolidar políticas de diversidade, inclusão e igualdade de oportunidades no SEB.
- Adequar orçamento e capacidade operacional às responsabilidades do MRE.
- Preservar as especificidades e a profissionalização do Serviço Exterior Brasileiro.

FORTALECIMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR BRASILEIRO

O Serviço Exterior Brasileiro constitui uma estrutura permanente do Estado brasileiro e desempenha papel estratégico na defesa da soberania e dos interesses nacionais e na projeção do Brasil no mundo.

Sua atuação está presente em temas fundamentais para o desenvolvimento e a soberania do País, como comércio e investimentos, ciência e tecnologia, segurança, meio ambiente, cooperação internacional, direitos humanos, promoção dos interesses brasileiros e assistência aos cidadãos no exterior.

A capacidade de o Brasil atuar de forma consistente no cenário internacional depende, entre outros fatores, de um Serviço Exterior dotado de profissionais qualificados, carreiras modernas, condições adequadas de trabalho, segurança, estrutura operacional e instrumentos compatíveis com as responsabilidades que lhe são atribuídas.

Por isso, a ADB Sindical defende que o fortalecimento do Serviço Exterior Brasileiro seja tratado como uma política de Estado, orientada pelo interesse nacional e pela necessidade de assegurar ao País capacidade permanente de representação, negociação e defesa de seus interesses no exterior.

A Agenda Institucional 2027–2030 reúne, nesse sentido, prioridades para o aprimoramento do Serviço Exterior Brasileiro e para a valorização de seus profissionais, buscando contribuir para uma diplomacia cada vez mais preparada para os desafios contemporâneos e para uma presença internacional à altura da dimensão e dos interesses do Brasil.

**GERENTE
ADMINISTRATIVO
FINANCEIRO**

Marislene Rodrigues

**SUPERVISORA
ADMINISTRATIVA -
SECRETARIA**

Jacqueline Cruz

**ASSISTENTE
ADMINISTRATIVA -
SECRETARIA**

Danielle Sabiá

**ASSESSOR DE
COMUNICAÇÃO E
MARKETING**

Sérgio Vinícius

**ASSESSOR
JURÍDICO -
ADVOGADO**

Bryan Pastore

**ASSESSORA
POLÍTICA E
INSTITUCIONAL**

Bruna Ponte



ADB

ASSOCIAÇÃO E SINDICATO
DOS DIPLOMATAS BRASILEIROS



ANOS PELA DIPLOMACIA